

CLIPPING IMPRESSO

24/06/2019



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DECISÕES.....	1
1.2. DESEMBARGADOR.....	2
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. EVENTOS.....	3

PERGENTINO HOLANDA

.....
 ph@mirante.com.br
 @holandaph

TRIVIAL VARIADO

A judicialização da saúde, provocada por pessoas que buscam na Justiça fugir da fila por um tratamento urgente, tornou-se um pesadelo nos orçamentos dos municípios. É cada vez maior o número de ações da saúde em andamento.

A propósito: um estudo do Conselho Nacional de Justiça aponta que no período de 2008 a 2017, a judicialização da saúde no Brasil cresceu 130%. O Ministério da Saúde aplicou apenas em um ano, R\$ 1,6 bilhão para atender a pacientes que buscaram apoio no judiciário.

ESTADO MAIOR

Oitivas

Está marcada para o dia 2 de julho, às 16h30, na Comissão de Segurança da Câmara Federal, a oitiva com os delegados Ney Anderson e Tiago Bardal.

Eles acusam o secretário de Estado de Segurança, Jefferson Portela, de determinar investigação contra magistrados do Tribunal de Justiça, seus familiares e assessores, além de autoridades políticas.

O secretário, que rechaça as acusações, também deverá ser ouvido no colegiado.

Ação das Corregedorias de Justiça

FERNANDO CERQUEIRA

A preocupação com o estabelecimento de políticas públicas que promovam melhores resultados nos serviços prestados pelo Poder Judiciário Nacional, em especial aqueles que tenham correlação com as atribuições das Corregedorias Gerais de Justiça, foi a principal motivação para a criação do Fórum Nacional dos Corregedores Gerais de Justiça (Fonacor) — criado pelo corregedor Nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, por meio do Provimento nº 80, de 4.12.18, em caráter nacional e permanente. E tem como objetivo elaborar estudos e propor medidas para a ordenação, elaboração e execução de políticas públicas no âmbito do Poder Judiciário Nacional.

O trabalho cooperativo do Fórum deve-se à sua composição, que reúne todos os corregedores gerais das Justiças Federal, Estadual, do Trabalho, Militar e Eleitoral para pensar e propor ações estratégicas que visam enfrentar os desafios afetos ao Poder Judiciário Nacional, os quais podem impedir um atendimento mais célere e efetivo aos cidadãos se não forem corretamente administrados.

Vinculado à Corregedoria Nacional de Justiça, o Fonacor tem sede administrativa em Brasília, onde devem ocorrer regularmente as suas sessões trimestrais, ocasião em que há o compartilhamento de conhecimentos, debates de temas relevantes para a atuação do Poder Judiciário e entrega de propostas de medidas e ações de polí-

ticas públicas. Essas propostas são compiladas em um documento ao final de cada encontro e passam a nortear as Metas Nacionais criadas pela Corregedoria Nacional de Justiça, cuja execução fica a cargo das Corregedorias Gerais de Justiça.

O I Fórum Nacional dos Corregedores Gerais de Justiça ocorrerá nos dias 26 e 27 de junho, em Brasília. O evento será realizado no auditório do Conselho de Justiça Federal (CFJ).

Estarão presentes o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, que fará a abertura solene do evento. A coordenação científica está sob a responsabilidade dos desembargadores Fernando Cerqueira Norberto dos Santos, corregedor geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), e Fernando Tourinho de Omena Souza, do Tribunal de Justiça de Alagoas (Tjal), e ainda, do juiz auxiliar da Corregedoria

Nacional, Márcio Luiz Coelho de Freitas, e da juíza Silvana Cansação de Albuquerque.

Na programação do I Fonacor, estão previstos painéis e oficinas de trabalho cujos temas foram selecionados com o propósito de permitir o intercâmbio e a cooperação entre as corregedorias gerais de justiça a partir do compartilhamento de informações e experiências. Um dos temas a serem tratados, a Corregedoria como órgão de orientação, procura destacar a função educativa dos órgãos censors da Justiça almejando, assim, o alcance de melhores índices de celeridade e produtividade, além da satisfação do cidadão.

Outro ponto de atenção é com as ações do Poder Judiciário Nacional que tornem o meio ambiente mais sustentável. A palestra A digitalização do processo judicial como instrumento de sustentabilidade pretende discutir os benefícios trazidos pela virtualização do processo. As oficinas de trabalho estarão voltadas para a concepção de um sistema informatizado, já em fase de desenvolvimento, que atenda as especificidades dos processos que tramitam nas corregedorias gerais de justiça no âmbito federal, estadual e as especializadas. O encerramento do evento será no dia 27 de junho, sob o comando do ministro Humberto Martins, com a aprovação da Carta do I Fonacor, onde constarão as propostas para o estabelecimento das Metas Anuais da Corregedoria Nacional de Justiça.